



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO

Ata da 63.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 15 de abril de 2010, às 09:00 horas
Local: Auditório da FUNEDI/INESP/UEMG
Endereço: Av. Paraná, nº 3.001 – Bairro Belvedere - Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Ana Carolina de Brito Machado, Secretaria Estadual do Meio
2 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Lucélio Nativo Assunção,
3 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; Deivid Lucas de
4 Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais –
5 FIEMG; Ivan Jorge Garcia, representante do Departamento Nacional de Produção
6 Nacional – DNPM; Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das
7 Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas
8 Gerais – Federaminas; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do Conselho
9 Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA;
10 Wellington Dias Silveira, representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária
11 e Abastecimento – SEAPA; Dirceu de Oliveira Costa, representante Conselho
12 Municipal de Meio Ambiente – Codema – Pains; Eurípedes Guerra, representante da
13 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; José
14 Fernandes de Paula, representante Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Mauro da
15 Fonseca Ellovitch, representante Ministério Público; Marcelo Ferreira Guimarães,
16 representante Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA;
17 Maria do Carmo Ramos Siqueira, representante da Federação dos Trabalhadores na
18 Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG; Roberto Soares Nogueira,
19 representante Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará; Marcos Antônio Vilela,
20 representante Grupo Ar – Divinópolis. – **Item 1 – Execução Hino Nacional Brasileiro.**
21 – **Item 2 - Abertura** – A reunião foi presidida por Ana Carolina de Brito Machado, da
22 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Foi lido o ato
23 de nomeação: “*Diante da impossibilidade de comparecimento do titular e primeiro*
24 *suplente, representantes da SEMAD, junto à URC-COPAM – Alto São Francisco,*
25 *conforme composição estabelecida pela Deliberação COPAM 348, indico Ana*
26 *Carolina de Brito Machado, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e*
27 *Desenvolvimento Sustentável para presidir a 63ª Reunião Ordinária da Unidade*
28 *Regional Colegiada – COPAM, Alto São Francisco, que será realizada dia 15 de abril*
29 *de 2010, em Divinópolis-MG.” Em seguida convidou o representante da Procuradoria
30 de Justiça, Dr. Mauro da Fonseca Ellovitch para tomar posse no conselho, colheu a
31 assinatura no livro e deu as boas vindas ao novo conselheiro. – Sônia Maria Tavares
32 Melo – SUPRAM – ASF – Esclareceu que a cadeira referente ao Comitê de Bacias
33 Hidrográficas no período de 2010 a 2011 seria ocupada pelo Comitê do entorno de Três
34 Marias. “*Apesar da SUPRAM ter comunicado ao comitê, nenhuma comunicação oficial*
35 *nos foi feita e nós estamos com o conselheiro do CBH-Pará tomando assento à mesa o*
36 *que muito contribui nas nossas discussões. Ele participará nesta reunião, porém, sem*
37 *direito a voto.” – **Item – 3 – Comunicado dos Conselheiros - Mauro Ellovitch –****



38 Representante Ministério Público – Se apresentou: “Assumi agora a Coordenadoria das
39 Promotorias de Meio Ambiente do Alto São Francisco, mas já venho exercendo essa
40 função de coordenador cerca de dois anos, dois anos e meio no Noroeste. Eu exerci a
41 função de coordenador na Coordenadoria dos Rios Paracatu e Urucuaia, responsável
42 pela Região Noroeste e nesse mesmo período venho exercendo a função de conselheiro
43 no COPAM-Noroeste. É uma honra estar aqui participando com os senhores e do
44 Conselho aqui do Alto São Francisco. Tenho certeza que iremos desenvolver um ótimo
45 trabalho e falar que a minha linha de atuação é de parceria, de respeito com as outras
46 instituições, mas também de muita seriedade. Saúdo todos os conselheiros e renovo os
47 meus protestos para que desenvolvamos um bom trabalho nesse período.” – Camilo de
48 Lélis André Melo – Representante Federaminas – Cumprimentou e saudou o novo
49 conselheiro. – Lucélio Nativo – Representante SEDE – Cumprimentou o novo
50 conselheiro. Informou da inauguração do Museu Arqueológico do Cárstico do Alto São
51 Francisco ocorrida dia 10 de abril na cidade de Pains. “É uma obra que era esperada há
52 muito tempo por todos os ambientalistas e pesquisadores da região e com a parceria da
53 prefeitura e do IPHAM conseguiram esse recurso. Vai ser importante para os trabalhos
54 de educação ambiental, acervo de arqueologia e também para as empresas que estão
55 fazendo os estudos de impacto ambiental para licenciamento” Convidou a todos para
56 visitarem o museu. – Roberto Nogueira – Representante do Comitê do Pará – Justificou
57 a ausência do conselheiro suplente da Federaminas, Sr. João Bosco Morais Lopes, que
58 está acidentado e está em repouso absoluto. Cumprimentou e deu as boas vindas ao
59 novo conselheiro. – Deivid Lucas – Representante Fiemg – Convidou a todos a
60 participarem do workshop com o tema “Obrigações Ambientais e Gestão Ambiental”, a
61 ser realizado dia 29 de abril, na Fiemg, em Divinópolis. – **Item 4 – Exame da Ata da**
62 **61ª RO, 25/02/2010 e 62ª RO, 18/03/2010, em Divinópolis.** – Marcos Vilela – Grupo
63 Ar – Solicitou que fosse inserido na ata da 61ª RO, de 25/02/2010, o relato dele que foi
64 suprimido na gravação. “Foi informado pela nossa ONG em relação a uma
65 preocupação muito grande da forma que a SUPRAM vem trabalhando em relação à
66 fiscalização dos licenciamentos aprovados aqui nesta unidade. A preocupação é em
67 relação ao cumprimento das condicionantes levantadas. Pelo o que estamos
68 acompanhando algumas empresas não estão cumprindo as condicionantes e tivemos
69 um exemplo agora recente, Frigorífico Chaparral, localizada aqui em Divinópolis. Ela
70 não cumpriu as condicionantes que foram determinadas para eles, venceu a licença,
71 solicitaram uma nova licença de operação e através de alguns autos de infração foram
72 aplicados a eles. A SUPRAM ainda concedeu a eles uma licença de operação através
73 de um Termo de Ajustamento de Conduta. Nós temos exemplos de outras empresas
74 como a Cooperativa Agropecuária de Divinópolis que está com um problema sério de
75 descarga de soro e gordura de leite no Rio Itapecerica. A Polícia de Meio Ambiente
76 tem dado um apoio para a ONG no sentido de fazer essa fiscalização com dois autos de
77 infração num período de menos de dois meses. Por consequência nós temos um
78 problema mais sério que é uma empresa que é a PCH Plural que para conseguir esse
79 licenciamento houve uma polêmica muito grande em cima. A licença foi concedida para
80 eles e eles não cumpriram nenhuma condicionante que foram dadas. Está acontecendo
81 que o município solicitou o embargo da empresa e através de uma liminar ela continua
82 funcionando e eu vejo, de uma certa forma, uma falha da forma que a licença de
83 operação foi dada para este empreendimento. Dificilmente, agora, nós iremos
84 conseguir paralisar as atividades dela.” – Maria Cláudia Pinto – Superintendente
85 SUPRAM – ASF – Observou que o conselheiro estava acrescentando informações no



86 que ele havia falado no dia da reunião. “*Pelo que parece, o que ele está querendo*
87 *aderir um texto ao que foi falado àquela época e isso não é correção de ata. Se ele tem*
88 *uma denúncia nova a ser feita ou alguma solicitação ao trabalho da SUPRAM que ele*
89 *faça num outro item de pauta e não correção de pauta. O que eu posso fazer para*
90 *adequar a fala dele à transcrição da ata é solicitar a empresa e isso nós vamos fazer,*
91 *inclusive por escrito, solicitar adequação da transcrição da ata ao que foi dito naquela*
92 *ocasião. Fatos novos têm que ser trazidos agora, inclusive, a prefeitura, sequer, tinha a*
93 *liminar que o senhor cita agora.” – Marcos Vilela – Representante Grupo Ar –
94 Salientou a preocupação dele a respeito da responsabilidade de cada conselheiro:
95 “*Porque a preocupação está em cima do Art. 2º da Lei 9.605. Nós somos responsáveis*
96 *pelos atos que estamos aprovando aqui. Inclusive, houve uma manifestação da Dra.*
97 *Maria Cláudia, a Superintendente da SUPRAM-ASF, em relação a essa deficiência que*
98 *existe dentro da SUPRAM no sentido de fiscalizar esses licenciamentos que estão sendo*
99 *aprovados. Infelizmente a coisa está acontecendo e a cada dia está agravando mais. É*
100 *uma preocupação muito grande porque podemos ser incriminados pelos atos que*
101 *estamos aprovando aqui.” – Ana Carolina de Brito Machado – Presidente da URC –
102 Informou que o relato do conselheiro estava gravado. – Marcelo Guimarães –
103 Representante IBAMA – Solicitou corrigir erro de concordância na linha 474, na
104 palavra: estava - ... processos referentes à anuência de área cárstica que estavam no
105 IBAMA, em especial no escritório Regional de Lavras. – Dirceu Costa – Representante
106 Codema – Pains – Solicitou correção nas linhas 61 e 62, na fala do conselheiro quando
107 informa que havia pedido inversão da pauta. O correto é que pediu para dar seguimento
108 à pauta e não a inversão. – Ana Carolina de Brito Machado – Presidente da URC –
109 Colocou em votação deixando em aberto a questão da supressão da fala do conselheiro
110 Marcos Vilela, com as demais solicitações de correção e foi **APROVADA**. Em seguida
111 foi colocada em discussão a ata da 62ª RO realizada em 18/03/2010. Não houve
112 manifestação, foi colocada em votação e foi **APROVADA**. - **Item 5 – Processo**
113 **Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de**
114 **Instalação – Item 5.1 - ZZ Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda.**
115 **Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não**
116 **especificados (resíduos da construção civil). Divinópolis/MG. PA/Nº.**
117 **20205/2008/001/2009. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF.** – Lucélio Nativo –
118 Representante SEDE – Solicitou esclarecimentos sobre as condicionantes na questão
119 dos resíduos que são colocados nas caçambas. – Edimar – responsável pelo
120 empreendimento – Informou que o objetivo do projeto é fazer a reciclagem do entulho
121 de construção civil. “*Nesse processo está previsto e está citado o processo de triagem e*
122 *é separado aquilo que pode e o que não pode ser reciclado e isso é encaminhado para*
123 *as outras cadeias de reciclagem. Vamos trabalhar com a cadeia de resíduos de*
124 *construção civil, por exemplo, plástico, madeira, vidro esse tipo de material no*
125 *processo de triagem é separado e isso vai para outra cadeia de reciclagem. A questão*
126 *de lixo doméstico colocado nas caçambas, logicamente, vai ser separado e*
127 *encaminhado para destinação final. O trabalho de triagem vai reduzir isso porque*
128 *vamos separar aquilo que realmente poderá ser reaproveitado.* – Dirceu Costa –
129 Representante Codema – Pains – Sugeriu entregar um folheto para orientação da
130 população esclarecendo o que pode ser colocado ou não dentro da caçamba. – Ana
131 Carolina de Brito Machado – Presidente da URC – Colocou em votação e foi
132 **APROVADO**. – **Item 6 - Processo Administrativo para exame de Licença de**
133 **Instalação - 6.1 Tratamento de Fundo de Vale dos Córregos Lava Pés e Venâncio.****



134 **Canais para drenagem. Cláudio/MG. PA/Nº. 04726/2009/002/2009. Classe 5.**
135 **Apresentação SUPRAM-ASF. – Mauro Ellovitch – Representante Ministério Público**
136 **– Solicitou vistas do processo e foi concedida. – Item 7 - Processo Administrativo**
137 **para exame de Licença de Operação - 7.1 Gerdau Aços Longos S.A. Reciclagem ou**
138 **regeneração de outros resíduos classe II (não perigosos) não especificados.**
139 **Divinópolis/MG. PA/Nº. 00013/1978/036/2009. Classe 5. Apresentação SUPRAM-**
140 **ASF. – Mauro Ellovitch – Representante Ministério Público – Solicitou que fosse**
141 **incluída uma condicionante: apresentar termo de compensação ambiental para o núcleo**
142 **de compensação do IEF. Foi colocado em votação com a inclusão da condicionante**
143 **sugerida pelo conselheiro e foi APROVADO. – Item 8 - Processos Administrativos**
144 **para exame de Licença de Operação em caráter Corretivo – Item 8.1 Cooperativa**
145 **Agropecuária de Bom Despacho Ltda. Resfriamento e distribuição de leite em**
146 **instalações industriais e Preparação do leite e fabricação de produtos laticínios.**
147 **Bom Despacho/MG. PA/Nº. 00101/1991/006/2009. Classe 4. Apresentação**
148 **SUPRAM-ASF. – Mauro Ellovitch – Representante Ministério Público – A respeito da**
149 **lavratura de auto de infração pertinente ao auto de fiscalização ASF-043/2009, solicitou**
150 **o encaminhamento de cópia do mesmo para o Ministério Público. – Roberto Nogueira –**
151 **Representante Comitê de Bacia do Pará – Solicitou que fosse usada a condicionante**
152 **padrão para instalação de horímetro e hidrômetro para verificação do consumo e da taxa**
153 **de utilização dos recursos hídricos, quando os dados coletados forem encaminhados**
154 **para análise. – Roberto – SUPRAM – ASF – Complementou o texto da condicionante:**
155 ***“horímetro e hidrômetro na saída do poço tubular profundo do empreendimento,***
156 ***mantendo o caráter de fiscalização, a planilha com as leituras realizadas diariamente,***
157 ***encaminhadas semestralmente à SUPRAM - ASF.”* Foi colocado em votação o Item 8.1**
158 **da pauta e foi APROVADO. Em seguida foi colocada em votação a alteração da**
159 **condicionante número 11 referente ao ponto 8.1 da pauta e foi APROVADO. - Ana**
160 **Carolina de Brito Machado – Presidente da URC – Fez uma observação sobre o item**
161 **7.1 com relação ao prazo da condicionante e solicitou informações. – Paula – SUPRAM**
162 **– ASF – Respondeu que como era uma condicionante padrão o prazo seria padrão**
163 **também para todos os empreendimentos de 30 dias. - Ana Carolina de Brito Machado –**
164 **Presidente da URC – Perguntou se os conselheiros estavam de acordo e todos**
165 **concordaram. - Item 8.2 - Empresa de Participações Oeste de Minas e Taxi Aéreo**
166 **Ltda. Fazenda Capoeira da Cana, Bonifácio e outras. Cultivo de cana-de-açúcar e**
167 **Bovinocultura de corte extensiva. Lagoa da Prata, Japaraíba e Arcos/MG. PA/Nº.**
168 **23201/2005/001/2007. Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF. – Mauro Ellovitch –**
169 **Representante Ministério Público – Solicitou vista do processo e foi concedida. - Item 9**
170 **- Processo Administrativo para exame de Revalidação de Licença de Operação -**
171 **9.1 Lamil Lages e Minérios Ltda. Lavra subterrânea sem tratamento ou com**
172 **tratamento a seco, exceto pegmatitos e gemas. Lavra a céu aberto sem tratamento**
173 **ou com tratamento a seco – minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou**
174 **rochas ornamentais e de revestimento. DNPM 830.292/1991, 800.082/1973 e**
175 **1454/1940. Pará de Minas/MG. PA/Nº. 00009/1995/013/2007. Classe 3.**
176 **Apresentação SUPRAM-ASF. - Roberto Nogueira – Representante Comitê de Bacia**
177 **do Pará – Solicitou uma correção no relatório técnico: *Eu gostaria que fosse corrigido***
178 ***no relatório técnico onde se fala que o conselho do CBH Pará aprovou. Não existe***
179 ***conselho em comitê de bacia. Em vez de conselho, eu gostaria que fosse mudado.***
180 **Solicitou ainda esclarecimento quanto ao desempenho da empresa. – Roberto –**
181 **SUPRAM – ASF – Respondeu que o desempenho é regular não totalmente satisfatório e**



182 que a empresa não obteve o ganho de mais 2 anos. - Sônia Godinho – SUPRAM – ASF
183 – Informou que na conclusão houve uma omissão. “*Tem que constar que não vai dar o*
184 *acréscimo de 2 anos porque o desempenho foi regular. Então, o prazo da licença é de 6*
185 *anos.*” – Mauro Ellovitch – Representante Ministério Público – Informou que gostaria
186 de ouvir sobre uma denúncia de possível impacto ambiental. - João Paulo Campelo –
187 Representante Mineração Mateus Leme – Esclareceu: “*O procedimento da revalidação*
188 *da licença ambiental, ela se prende à 2 questões fundamentais: primeiro é o exato*
189 *cumprimento de todas as condicionantes que foram impostas por ocasião da licença de*
190 *operação ou da última revalidação da licença de operação. E o segundo ponto muito*
191 *importante é a eficiência do trabalho do empreendimento com relação aos seus*
192 *compromissos ambientais. No caso aqui presente trata-se de uma atividade de*
193 *mineração. É muito comum nesse setor, muitos de vocês já têm conhecimento disso, de*
194 *que toda a atividade minerária se prende à exploração de uma jazida. No momento em*
195 *que há um esgotamento, exaurimento ou necessidade de abrir uma nova frente de lavra*
196 *é deixada aquela que foi minerada e passa-se para a segunda jazida ou segunda frente*
197 *de lavra. No entanto, a preocupação ambiental de nossos diplomas legais é no sentido*
198 *de que o empreendimento minerário deverá apresentar por ocasião do seu*
199 *licenciamento ambiental, já um plano de recuperação ou reabilitação da área*
200 *minerada, conhecida com a sigla PRAD. Esse PRAD é executado no final da lavra e*
201 *nós temos casos em que algumas frentes de lavras que foram abertas vão ter que*
202 *aguardar o exaurimento da jazida para que seja feita a reabilitação da área minerada.*
203 *Neste caso aqui presente a Lamil Lages e Minérios faz uma exploração a céu aberto e*
204 *passou em seguida para a exploração subterrânea. Nessa fase de exploração a céu*
205 *aberto teve uma atividade que causou desestabilização de um talude causando erosões*
206 *e impactos na vegetação. Inclusive, quem passa na rodovia para Pará de Minas*
207 *percebe uma encosta toda impactada porque houve uma atividade minerária no seu*
208 *sopé, na base que causou esse desmoronamento. Em 19 de junho de 2009 a Mineração*
209 *Mateus Leme comunicou esse fato ao secretário, Dr. José Carlos Carvalho, e esse*
210 *expediente encontra-se nessa SUPRAM Regional. O objetivo nosso é no sentido que*
211 *seja preservada a questão ambiental e que possa verificar esse fato, estamos*
212 *solicitando aos senhores que seja baixado em diligência esse processo para apuração*
213 *desses fatos e se por acaso forem confirmados que sejam motivo de alguma*
214 *condicionante a ser incluída nessa revalidação da licença.*” – Roberto – SUPRAM –
215 ASF – Informou que as empresas são confrontantes na mesma face de onde foi
216 explorado o maciço do minério. “*A disposição deixada pela empresa foi o de*
217 *banqueamento com uma revegetação que foi cumprido através do PRAD elaborado.*
218 *Nessa época citada, de 2007, houve um processo de desestabilização de um pedaço,*
219 *mas já foi recuperada e constatada através de novas vistorias que fizemos lá em 2008,*
220 *a última em dezembro de 2008. Constatado que o processo já havia sido recuperado e é*
221 *um processo dinâmico que vem com diversas manutenções periódicas, consideramos*
222 *que o processo erosivo citado já encontra minimizado o impacto e está controlado. O*
223 *material disponível lá é um material que não confere boa estabilidade nos taludes.*
224 *Então, as manutenções ali serão freqüentes e será um compromisso da empresa durante*
225 *todo o período da licença.*” – Mauro Ellovitch – Representante Ministério Público –
226 Perguntou se as áreas contíguas onde estão ocorrendo o impacto indireto se foram
227 vistoriadas e se existe algum plano de recuperação. – Roberto – SUPRAM – ASF –
228 Respondeu que no documento apresentado a área faz parte do perímetro da Lamil. “*O*
229 *que nós vimos que a parte exaurida que está com o banqueamento, foi sugerida no*



230 *PRAD e revegetado conforme foi determinado.” – Mauro Ellovitch – Representante*
231 *Ministério Público* – Sugeriu que deveria ser feita uma nova vistoria no local para
232 depois ser votado diante da denúncia de impacto causado e que não houve vistoria. –
233 *Paula – SUPRAM – ASF* – Informou que: *“Dentro desses processos que estão sendo*
234 *revalidados não foi identificada nenhuma área com essas características, tanto que*
235 *gostaríamos de passar a apresentação que nós preparamos da empresa e nós podemos*
236 *fazer uma fiscalização posterior à reunião para verificar e averiguar e levantar todos*
237 *os fatos que estão colocados. São fatos novos, mas que estão sendo colocados agora*
238 *para nós na reunião.”* Foi realizada pelo técnico da SUPRAM-ASF uma apresentação
239 sobre o empreendimento. – *Maria Cláudia Pinto – Superintendente SUPRAM – ASF* –
240 Ressaltou que não seria uma simples vistoria que iria dar condições para que a
241 SUPRAM aferisse de quem era a responsabilidade do dano causado, se de uma empresa
242 ou da outra. *“Então, eu também gostaria de informar ao conselho de como é o processo*
243 *de licenciamento, acho que todos aqui já sabem, mas o técnico ele vai à área com um*
244 *objetivo específico de analisar a área que está sendo avaliada para a obtenção daquele*
245 *título autorizativo, ou seja, uma licença de operação, revalidação, etc. Então, essa*
246 *denúncia não foi objeto, porque ela não estava aos autos do processo de licenciamento*
247 *e também de trazer para vocês essa minha incerteza, porque me parece que a SUPRAM*
248 *não vai conseguir resolver essa questão de uma forma tão tranqüila como vocês estão*
249 *esperando.”* – *Mauro Ellovitch – Representante Ministério Público* – Perguntou se
250 haveria algum estudo técnico para descobrir se o impacto foi causado pela empresa. –
251 *Roberto – SUPRAM – ASF* – Informou que o monitoramento geotécnico foi exigido na
252 condicionante. – *Paula – SUPRAM – ASF* – Sugeriu condicionar o PRAD a partir da
253 identificação do causador do dano. Sugeriu, ainda, fazer uma vistoria conjunta com o
254 DNPM para ajudar na identificação de áreas, de superficiários e de direito minerário
255 para descobrirem de onde vem o impacto. – *Marcos Veloso - CREA* – Sugeriu que
256 constasse na condicionante: *“que após a cada temporada de chuva fosse verificado se*
257 *está ocorrendo a erosão, que ela fosse corrigida e se criasse as descidas de águas*
258 *normais para a água da chuva e que resolveria o problema e não haveria necessidade*
259 *nenhuma a liberação desse pedido desse processo.”* – *Clen Gleuber – Representante*
260 *Lamil* – Informou que foi feito um trabalho de geomecânica e estudo geotécnico
261 mostrando o que está havendo e que foi protocolado na FEAM junto com o
262 licenciamento do PRAD. – *Paula – SUPRAM – ASF* – Apresentou a proposta da
263 SUPRAM: *“fazer uma vistoria conjunta com o DNPM, se for o caso, para tentar*
264 *esclarecer, lembrando que existe um processo judicial quanto à definição dessa área a*
265 *quem pertence.”* – *Mauro Ellovitch – Representante Ministério Público* – Sugeriu uma
266 condicionante: *“submeter-se à vistoria conjunta da SUPRAM e do DNPM, caso seja*
267 *apontada responsabilidade do empreendedor, que se comprometa a recuperá-la na*
268 *medida da sua responsabilidade.”* – *Sônia Maria Tavares Melo – SUPRAM – ASF* –
269 Leu o texto das condicionantes: *“Primeira: Submeter-se à vistoria da SUPRAM em*
270 *conjunto com o DNPM a ser designada para verificação do dano contido na área*
271 *objeto de denúncia entregue nesta reunião. Caso trate de responsabilidade da Lamil*
272 *deverá a empresa executar o PRAD apresentado à SUPRAM ou de outra forma reparar*
273 *o dano causado. A segunda: Verificar periodicamente após cada temporada de chuva a*
274 *ocorrência de erosão nos taludes e caso haja erosão proceder a correção necessária.*
275 *Prazo: durante a vigência da licença.”* – *Ana Carolina de Brito Machado – Presidente*
276 *da URC* – Colocou em votação a licença com a inclusão das duas condicionantes e foi
277 **APROVADA**. Solicitou que constasse em ata que a SUPRAM procedesse a retificação



278 na conclusão do parecer único incluindo: não faz jus ao acréscimo de 2 anos. – **Item 10**
279 **- Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Condicionantes**
280 **da Licença de Operação - 10.1 White Martins Gases Indústrias Ltda. Produção de**
281 **substâncias químicas e de produtos químicos inorgânicos, orgânicos, organo-**
282 **inorgânico, exclusive produtos derivados do processamento do petróleo, de rochas**
283 **oleígenas, do carvão de pedra e da madeira. (Produção de carbureto de cálcio).**
284 **Iguatama/MG. PA/Nº. 00032/1979/005/2009. Classe 5. Apresentação SUPRAM-**
285 **ASF.** Em não havendo discussão, foi colocado em votação e foi **APROVADO.** - Ana
286 Carolina de Brito Machado – Presidente da URC – Comunicou que os empreendedores
287 que tiveram as licenças concedidas já poderiam retirar os certificados após o
288 encerramento da reunião. – **Item 11 – Assuntos Gerais – Roberto Nogueira –**
289 Representante Comitê Bacia Rio Pará – Parabenizou a equipe da SUPRAM pela
290 elaboração dos relatórios dos itens 5.1 e 6.1 que considerou excelentes. Manifestou sua
291 satisfação em saber da transformação de resíduos em subprodutos e matérias-primas em
292 outros processos como na empresa ZZ e Gerdau. – Mauro Ellovitch – Representante
293 Ministério Público – Agradeceu a recepção e manifestação a preocupação dele em
294 relação à alteração de condicionantes. “*As condicionantes nas reuniões são amplamente*
295 *discutidas, tem toda uma participação, e às vezes quando volta com uma alteração de*
296 *condicionante, nós não prestamos muita atenção e acabamos tomando decisões*
297 *conflitantes com aquela discussão anterior ou então beneficiando quem permanece*
298 *inerte. Nós sabemos que os empreendimentos têm essa mobilidade, surgem imprevistos*
299 *que às vezes necessitam de uma prorrogação de prazo, dum alteração de acordo com*
300 *estudos técnicos e isso é uma situação que justifica uma alteração de condicionante.*
301 *Agora, alterar porque o empreendedor ficou inerte, por isso que eu não quis falar no*
302 *caso concreto para não parecer que era desse empreendimento, mas nós já havíamos*
303 *visto situações de empreendedor ficar inerte dois anos e vir aqui e falar: “olha, não*
304 *tive tempo, vamos prorrogar minha condicionante.” Então, eu acho que nós temos que*
305 *ter tanta atenção quanto nós temos na votação das LI’s e LO’s, nós temos que ter a*
306 *mesma atenção na votação de revalidação ou alteração de condicionante. Por que está*
307 *sendo pedida essa alteração? Justifica? O empreendedor fez a sua parte? Essa*
308 *alteração não vai estar desvirtuando aquilo que nós decidimos primeiramente?”* –
309 Dirceu Costa – Representante Codema – Pains – Cumprimentou o conselheiro
310 representante do Ministério Público e a presidente da sessão: “*É uma satisfação para*
311 *mim fazer parte desse conselho e cada dia que passa eu fico mais feliz ainda em ver as*
312 *mulheres ocupando seus devidos lugares. Eu acho que esse Brasil está precisando de*
313 *mais mulheres ocupando cargos importantes. Ta aí o exemplo da Maria Cláudia à*
314 *frente da SUPRAM, um exemplo de pessoa, que desenvolve um excelente trabalho. E*
315 *nós estamos precisando de mais mulheres ainda neste conselho. Já temos aqui três*
316 *mulheres sempre que a coisa aperta aqui, nós recorremos às mulheres, as Sônias, da*
317 *SUPRAM, que nos esclarece, nos dá segurança jurídica para nós estarmos votando.*
318 *Então, parabéns e eu fico satisfeito com a forma que o nosso Brasil vem evoluindo e*
319 *com certeza nós estamos caminhando para um país de primeiro mundo.”* – Camilo de
320 Lélis André Melo – Representante Federaminas – Parabenizou ao conselheiro Roberto
321 Nogueira pela distribuição do informativo: Água é Vida. “*E gostaria que num outro*
322 *informativo desse, Dr. Roberto, ao constar assim: “241,7 km de estradas revitalizadas*
323 *e 262 cacimbas construídas” eu gostaria de fosse assim: “e todas as cacimbas feitas no*
324 *ano passado foram recuperadas.” Porque essas cacimbas vão se tornar um caso de*
325 *polícia. Porque abrem as cacimbas, não pedem autorização para ninguém, de um ano*



326 para o outro elas estão assoreadas, cheias de terra e o transtorno que causa para nós é
327 muito maior do que o benefício que o meio ambiente ganha. Então, eu acho que tem
328 que construir as cacimbas, é válido, mas tem que pensar na recuperação ou na
329 manutenção dessas cacimbas.” – Roberto Nogueira – Representante Comitê Bacia Rio
330 Pará – Informou que todos os projetos realizados são feitos com recursos públicos.
331 “Além de projetos, existe uma rigorosa fiscalização e uma rigorosa prestação de
332 contas. Agora, nós não podemos nos responsabilizar por cacimbas feitas sem
333 conhecimento técnico e por outras pessoas. Mas pode estar certo de que o que está aqui
334 nos projetos, está sendo feito e acompanhado. E toda cacimba, obviamente, carece de
335 manutenção. Não existe nada que se faça para reter resíduos que possa ficar
336 eternamente. Então nós estamos cientes disso e você pode estar certo de que os projetos
337 que são aprovados pelo Comitê de Bacia têm acompanhamento.” - Ana Carolina de
338 Brito Machado – Presidente da URC – Não havendo nada mais a ser tratado, encerrou a
339 reunião.

Shelley de Souza Carneiro
Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
e Presidente da URC/COPAM Alto São Francisco